

Discurso institucional: relações de saber/poder no construto identitário do Técnico em Secretaria Escolar diplomado pelo Programa Profuncionário¹

Discurso institucional: relaciones del saber/poder en la construcción identitaria del Técnico en Secretaría Escolar diplomado por el Programa “Profuncionario”

Institutional discourse: relations of knowledge/power in the identity construct of the School Secretariat Technician graduated by the Profuncionário Program

Maria Aparecida da Silva Santandel²

Resumo

O propósito deste artigo é refletir sobre o discurso institucional (DI) presente no Projeto do Curso Técnico em Secretaria Escolar, elaborado pelo Programa Profuncionário como norteador para o fomento das relações de saber/poder que corroboram a manutenção da identidade periférica dos concluintes, atuais técnicos. Assumo a hipótese de que tal discurso, utilizando-se de mecanismos da biopolítica e da governamentalidade, aliados à dinamização das tecnologias do século XXI, consolida a representação e o construto identitário do Técnico em Secretaria Escolar (TSE), como sujeito da (in)completude, do entre-lugar, do sujeito in(**ser**)ido dentro do espaço escolar, movendo-o para diferentes representações conforme necessidade própria do capitalismo atual. Utilizo o método arqueogenealógico, cuja epistemologia crítica se pauta nas contribuições advindas de estudos culturalistas e conceituais latino-americanos, com foco descolonial, fronteiriço, conforme Nolasco (2016) e Mignolo (2003, 2010), deslocando os efeitos de sentido para a perspectiva do sujeito pertencente ao entre-lugar. Ancoro-me nas pesquisas de Foucault (1992, 2008), Coracini (2007) e Guerra (2015), que consideram a subjetividade, o acontecimento, a memória, os interdiscursos e as relações de poder, bem como na problematização sobre a subalternidade (SPIVAK, 2010) como consequência das relações de saber/poder na supressão do equilíbrio identitário social. As conclusões parciais sinalizam, de forma geral, que o Estado enquanto gerenciador das políticas públicas não está fora do contexto eurocêntrico, positivista. Molda, por iniciativas ditas democráticas, as regras que diretamente sistematizam a forma de ser e agir do sujeito TSE. Diante do cenário educacional do século XXI, o DI funciona como alicerce estrutural para a melhoria dos resultados no sistema estadual educacional, consolidando, assim, a representação e o construto identitário do sujeito TSE como sujeito da (in)completude, do entre-lugar. Firma-se, no espaço considerado de gestão democrática e participativa, o sujeito in(**ser**)ido que depende da alteridade para se (re)inventar enquanto técnico.

Palavras-chave: Biopolítica; Discurso institucional; Identidade; Profuncionário; Subjetividade.

Resumen

¹ Artigo apresentado no Latinidades – Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços, na modalidade *online*, 2020.

² Doutoranda em Estudos Linguísticos; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS; Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil; mariasantandel@gmail.com

El propósito de este texto es reflejar sobre el discurso institucional (DI) presentado en el Proyecto del Curso Técnico en Secretaría Escolar, escrito por el Programa Profuncionario como punto de referencia para la fomentación de las relaciones del saber/poder que contribuyen con la manutención de la identidad periférica de los alumnos que lo terminan, actuales técnicos. Tomo la hipótesis de que este discurso, utilizándose de mecanismos de la biopolítica y de la gubernamentalidad, junto con la dinamización de las tecnologías del siglo XXI, consolida la representación y la construcción identitaria del Técnico en Secretaría Escolar (TSE), como sujeto (in)completo, del entre-lugar, del sujeto puesto en el espacio escolar, desplazándose para diferentes representaciones conforme necesidad propia del capitalismo actual. Utilizo el método arqueogenealógico ya que esta epistemología es crítica y se basa en las contribuciones provenientes de los estudios culturales y conceptuales latinoamericanos, con el enfoque descolonial, fronterizo, según Nolasco (2016) y Mignolo (2003, 2010), dislocando los efectos de sentido para una perspectiva del sujeto que pertenece al entre-lugar. En esta investigación, uso las teorías de Foucault (1992, 2008), Coracini (2007) y Guerra (2015), que consideran la subjetividad, el acontecimiento, la memoria, los interdiscursos y las relaciones del poder, así como la problematización sobre la subalternidad (SPIVAK, 2010) como consecuencia de las relaciones del saber/poder en la supresión del equilibrio identitario social. Las conclusiones parciales señalan, de manera general, que el Estado, como gestor de las políticas públicas, no está lejos del contexto eurocéntrico y positivista. Sigue, por iniciativas democráticas, las reglas que, de manera directa, sistematizan la forma de ser y actuar del sujeto TSE. Delante del panorama educativo del siglo XXI, el DI opera como una pieza fundamental para la mejora de los resultados en el sistema provincial educativo, consolidando, de esta manera, la representación y la construcción identitaria del sujeto TSE como sujeto (in)completo, del entre-lugar. Por fin, en este espacio considerado de gestión democrática y participativa, el sujeto puesto se construye, pero es dependiente de la alteridad para ser reinventado como técnico.

Palabras clave: Biopolítica; Discurso institucional; Identidad; Profuncionario; Subjetividad.

Abstract

The aim of this paper is to reflect on the institutional discourse (DI) present in the School Secretariat Technical Course Project, elaborated by the Profuncionário Program as a guide for the promotion of knowledge/power relations that corroborate the maintenance of the peripheral identity of the graduates, current technicians. I assume the hypothesis that such discourse, using mechanisms of biopolitics and governmentality, combined with the dynamization of 21st century technologies, consolidates the representation and the identity construct of the School Secretariat Technician (TSE), as the subject of (in)completeness, of the inter-place, of the subject em(be)dded within the school space, moving it to different representations according to the necessity of current capitalism. I use the archeogenealogical method, whose critical epistemology is based on contributions from Latin American culturalist and conceptual studies, with a decolonial, border focus, according to Nolasco (2016) and Mignolo (2003, 2010), shifting the effects of meaning to the perspective of the subject belonging to the inter-place. Anchored in research by Foucault (1992, 2008), Coracini (2007) and Guerra (2015), which consider the subjectivity, the event, the memory, the interdiscourses and the power relations, as well as in the discussion about the subordination (SPIVAK, 2010) as a consequence of the knowledge/power relations in the suppression of the social identity balance. The partial conclusions indicate, in general, that the State as a manager of public policies is not outside of the Eurocentric, positivist context. It shapes, by so-called democratic initiatives, the rules that directly systematize the TSE subject's way of being and acting. In view of the educational scenario of the 21st century, the DI serves as a structural foundation for improving the results in the state educational system, thus consolidating the representation and the identity construct of the TSE subject as the subject of (in)completeness, of the inter-place. It settles, in the democratic and participative management considered space, the subject em(be)dded that depends on alterity to be (re)invented as a technician.

Keywords: Biopolitics; Institutional discourse; Identity; Profuncionário; Subjectivity.

1. Introdução

O propósito deste artigo é refletir sobre o discurso institucional (doravante DI) presente no Projeto do Curso Técnico em Secretaria Escolar, elaborado pelo Programa

Profuncionário como norteador para o fomento das relações de saber/poder que contribuem para a manutenção da identidade periférica dos concluintes, atuais técnicos. A hipótese é de que tal discurso, utilizando-se de mecanismos da biopolítica/biopoder e de governamentalidade, aliados à dinamização das tecnologias do século XXI, como alicerces estruturais para a melhoria dos resultados no sistema estadual educacional, consolida a representação e o construto identitário do Técnico em Secretaria Escolar (doravante TSE), como sujeito da (in)completude, do entre-lugar, do sujeito in(**ser**)ido dentro do espaço escolar, movendo-o para diferentes representações conforme necessidade própria do capitalismo atual.

A relevância desta pesquisa está diretamente ligada a dois fatores: o primeiro é a escassez de fontes publicadas no campo acadêmico sobre o tema e o segundo, a importância social de problematizarmos o DI como integrante das relações de saber/poder e sua influência diretiva para o construto identitário do TSE enquanto articulador no e pelo discurso de efeitos de sentido entre interlocutores, diante de uma dada condição de produção (PÊCHEUX, 1969). O DI está envolto pela exterioridade, marcando os resquícios culturais de uma sociedade pautada na perspectiva eurocêntrica, positivista e normatizadora ao provocar o assujeitamento de seus profissionais na sociedade (pós)moderna. Em contrapartida, o DI encontra-se amparado na concepção tecnológica da inovação e (re)criação dos espaços e das condutas sociais de trabalho que, diretamente, sugerem um “estilo” de sujeito. Segundo Orlandi (2004, p. 37), “o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído”.

O procedimento teórico-metodológico utilizado na pesquisa de campo foi o de pesquisa essencialmente qualitativa, com característica de problematização, exploratória, submetida à análise interpretativa dos discursos conforme a AD de origem francesa. Está presente a arqueogenealogia foucaultiana, cuja epistemologia crítica se pauta nas contribuições advindas de estudos culturalistas e conceituais latino-americanos, com foco descolonial, fronteiriço, de acordo com Nolasco (2016) e Mignolo (2003, 2010), deslocando os efeitos de sentido para a perspectiva do sujeito pertencente ao entre-lugar, à margem, principalmente ao considerá-lo como sujeito que sempre está envolto pelo paradigma de amorismo em relação ao sujeito docente.

Ancoro-me nas pesquisas de Foucault (1992, 2008), Coracini (2007) e Guerra (2015), que consideram a subjetividade, o acontecimento, a memória, os interdiscursos e as relações de poder, bem como na problematização sobre a subalternidade (SPIVAK, 2010) como

consequência das relações de saber/poder na supressão do equilíbrio identitário social. Parto da noção de recorte para assumir que o dispositivo teórico-analítico discursivo apresenta as condições necessárias para a prática analítica de objetos simbólicos constituídos por diferentes materialidades significantes. Esse dispositivo permite-nos mobilizar, na relação teoria-prática, as diferenças materiais, sem que as especificidades de cada materialidade signifiante sejam desconsideradas. (ORLANDI, 1996).

Adoto a perspectiva discursivo-desconstrutiva, baseada na essência língua/linguagem em que o sujeito está in(ser)ido. Nesse sentido, ao focalizar este sujeito, que, para mim, é sujeito da resistência, conforme esteira foucaultiana, busco provocar o “desequilíbrio”, possibilitado diante do ato interpretativo do dizer instituído oficialmente, uma vez que a própria condição da linguagem move “falhas constitutivas”. Logo, quero causar o desconforto com o que está exposto na/pela ilusão do “real”, trabalhado pelas marcas deixadas como rastro de/da alteridade. Assim, considero o DI como balizador para as diretrizes que promovem a permanência de paradigmas em relação ao sujeito TSE, bem como o coloca na situação de sujeito da (in)completude e sujeito fronteiriço no espaço escolar.

Para problematizações de como o DI promove efeitos de sentido, anco-me nos aspectos de governamentalidade e de biopolítica, que formatam diretrizes de assujeitamento e provocam o apagamento do sujeito TSE no contexto escolar. O DI funciona como “espelho” no construto identitário desse sujeito, constituindo-o, causando o silenciamento e esvaziamento de si em relação à alteridade, como consequência do olhar do outro. Logo, a incompletude, o entre-lugar, paradigmático no contexto da globalização, transforma-os na posição-sujeito idealizada pelas instituições narcisistas, impondo-lhes uma segunda pele, à qual denomino de in(ser)ido na persona que o constitui. Na sequência, apresento o alicerce teórico para possíveis diálogos.

2. Reflexões críticas: arcabouço teórico e suas problematizações

Neste artigo, abordo DI no contexto da instituição escolar na perspectiva de Mascia *et al.* (2011, p. 261), que afirmam ser esta “veiculada a interações sociais, a verdades e saberes, ao exercício e à disseminação do poder”. Desse modo, o DI voltado para a biopolítica no contexto educacional se fortalece no século XXI, ancorado nas ideias de “uma sociedade liberal, caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade; indiferente como nunca

antes se foi aos grandes princípios estruturantes da modernidade, que precisaram adaptar-se ao ritmo hipermoderno para não desaparecer”. (LIPOVETSKY, 2004, p. 26). Portanto, as possibilidades das Tecnologias de Informação e Comunicação (doravante TICs) somam-se ao imaginário social como dinamizadores nas relações humanas e profissionais do sujeito TSE, direcionando-o, controlando-o, ditando as regras necessárias para controle do corpo e produtividade.

Reflico sobre a constituição identitária do sujeito TSE como o sujeito do entre-lugar, conforme foco analítico em questão, a partir de reflexões resultantes da minha dissertação de mestrado (SANTANDEL, 2012), que permitiram possibilidades de escavações outras que emergem neste artigo. Essa particularidade de interpretação presente na escritura está alicerçada na esteira foucaultiana das relações de saber/poder (FOUCAULT, 2008), cruzadas com a(s) memória(s), e implica sentidos outros.

Considerando a problemática levantada neste artigo e o referencial teórico que o fundamenta, é necessário adentrar o conceito de sujeito e de incompletude, uma vez que permeia o processo analítico. Ao considerar que o sujeito vivencia a angústia constitutiva da identidade de técnico em relação à identidade (alteridade) docente, o sujeito está em constante busca de/para realização, fortemente presente após o processo de formação técnica. O conceito de identidade que adoto está relacionado à descrição do indivíduo tal como ele se revela e se conhece ou como ele se vê representado – sempre na perspectiva da alteridade.

Não tem como, na atualidade, direcionar o conceito de identidade sem considerar os aspectos socioculturais que permeiam a sociedade contemporânea e suas relações de saber/poder. As condições de produção estão relacionadas aos sentidos que eclodem, inconscientemente, no dizer. Logo, não é apenas no/pelo texto que se constroem os sentidos porque o espaço escolar enquanto instituição de ensino move relações de poder presentes na/pela linguagem, que direcionam para novos efeitos de sentido quando questionamos algumas situações de linguagem.

É válido ressaltar que os pressupostos da AD de linha francesa apontam para o modo como a subjetividade e as identidades são engendradas no jogo da linguagem, permitindo que lancemos o olhar discursivo ao *corpus* para (re)significarmos os efeitos de sentido presentes nas formações discursivas em que o sujeito de linguagem se inscreve. Nessa perspectiva,

consideram-se também as relações de saber/poder (FOUCAULT, 2008) existentes no contexto do trabalho e no espaço escolar, que deslocam a perspectiva desse sujeito técnico, promovendo a presença do sujeito desejante e sempre de falta constitutiva, porque carregamos em nós a essência idealista. Portanto, é considerado o sujeito em sua subjetividade, conforme Orlandi (2009, p. 39): “o lugar do qual fala o sujeito constitutivo do que ele diz”.

Considerando o campo da subjetividade, o sujeito não está fora do contexto das condições de produção e dos discursos que emergem e, desse modo, possui a concepção de sujeito da linguagem ou do inconsciente. Nesse sentido, suas relações com o outro fazem-se pela alteridade, cujos momentos mobilizam a hospitalidade como referente (DERRIDA, 2003). Essas relações são sempre conflitantes e nunca fixas porque as relações de saber/poder que direcionam a biopolítica determinam o estilo de sujeito que a sociedade “disciplina”. Por isso, o método é a base para a problematização da língua/linguagem.

3. Método arqueogenealógico: possibilidade(s) discursivas

Neste trabalho, utilizo a importância da materialidade existente no DI, o Projeto do Curso Técnico em Secretaria Escolar, aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), aplicado pela Secretaria de Estado de Educação (SED) no Estado de Mato Grosso do Sul.

As condições de produção que envolvem o *corpus* da pesquisa estão relacionadas ao fato de ter sido professora multiplicadora no Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) em 2007. Por ser efetiva na rede estadual, ter experiência com os recursos tecnológicos e já ter cursado a faculdade de especialização na área das tecnologias, fui convidada pela Secretária de Estado de Educação, na época, Professora Maria Nilene Badeca, apoiada pela Diretora do NTE, Marlúcia Salim Pelisão, para assumir o cargo de Professora Orientadora no Polo dos Cursos Técnicos do Profucionário e, assim, trabalhar com a coordenação do Curso e do grupo, composto por dez tutores.

Esse momento específico reflete uma das manifestações de ato de governo existentes na biopolítica que é marcar ações dentro do campo capitalista, liberal, dinamizando as ferramentas produtivas na sociedade dentro do espaço escolar por meio de formações, inserções de tecnologias, padronização de manuais. Dessa forma, a biopolítica, ao direcionar ações consagradas como direito constituído, amparadas por instituições educacionais como

MEC e SED, também marca o território do poder porque coloca o sujeito na posição da subserviência, dependência do novo, estimulando-o a acreditar na “democracia” por parte do Estado. Para Foucault (1987), não existe democracia, mas mecanismos que instituem a política de direitos, pensados para dominação/controla dos corpos dóceis, visando maior produção, seja em qual esfera for, porque há necessidade de mais resultados. Assim, eclodem os DIs, fundamentados na visão do senso comum como “bandeira de modernização da educação”, “valorização dos profissionais da educação”, “inserção dos sujeitos no espaço escolar”.

Essa experiência colocou-me diante das relações de poder/saber que envolviam o sujeito TSE e das ações do Profuncionário desenvolvidas tanto no município de Três Lagoas quanto nos demais municípios e, conseqüentemente, com todos os Projetos dos Cursos Técnicos ofertados na época, que foram quatro ao todo: Curso Técnico em Secretaria Escolar; Curso Técnico em Infraestrutura e Meio Ambiente; Curso Técnico em Gestão Escolar e Curso Técnico em Multimeios Didáticos.

Foram formados pelo Profuncionário no Estado de MS, até 2019, no Curso Técnico em Secretaria Escolar (TSE), 2.532 técnicos – sujeito deste artigo. Nesta pesquisa, portanto, constam os resultados obtidos pela proposta executada em 51 municípios que ofertaram a formação dentro do Programa Profuncionário, desde 2007 até 2019.

Para a análise de dados, considerando o DI como parte integrante da biopolítica na performance do construto identitário do TSE, pautei-me nas seguintes perguntas de pesquisa:

a) Quais são as vozes que perpassam o DI na proposta do Curso Técnico em Secretaria Escolar no estado de MS?

b) Como o DI projeta a imagem do TSE no espaço escolar?

Nesse sentido, o DI é envolto de poder, constituído e emergente nas formações discursivas que eclodem. Nesse contexto, Pêcheux afirma que a formação discursiva permite a existência de um discurso dominante; Foucault afirma que as formações discursivas atravessam outros discursos e há discursos que não corroboram o que falamos, mas são contraditórios (antagônicos). Conforme Pêcheux (1997, p. 314):

[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD), que se repetem nela,

fornece-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’).

Tanto na concepção de Pêcheux quanto na de Foucault, a formação discursiva possui sua diretriz no contexto da linguagem porque está diretamente relacionada com o que o sujeito vivencia no momento em que fala e, ao mesmo tempo, possui a ligação com suas memórias e condições de produção.

Nesse contexto da língua/linguagem que permite a existência do sujeito interpelado, apresento abaixo as análises de dados, gesto interpretativo da(s) possibilidade(s) da materialidade.

4. Gestos interpretativos: materialidade discursiva e o(s) efeito(s) de sentido(s)

Nesta parte do trabalho, procedo à análise do discurso considerando o DI como parte constitutiva, cuja representação pauta-se nos resultados das relações de saber/poder alicerçadas na biopolítica e na governamentalidade, conforme esteira foucaultiana, presentes nas normativas que regem as ações de formação na rede estadual de MS. Tais DIs “determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada”. (Orlandi, 2009, p. 27).

Considero que, na materialidade discursiva, existe o diferencial entre administrativos/servidores/técnicos e docentes, que não está exposto no discurso institucional, como consta em DI-1, promovendo uma representação do Estado como uma instituição que inclui os profissionais da educação não docentes em novo parâmetro, conforme projeto do curso, nas escolas públicas. O Estado constitui, assim, uma instância normativa em relação às estruturas e práticas sociais que vigoram no interior do contexto escolar, a partir da realização dos Cursos Técnicos, em específico, o Programa Profucionário no Estado de Mato Grosso do Sul, sinalizando possíveis mudanças e “valorização”.

É com esse objetivo de compreender como os discursos funcionam e produzem determinados “efeitos de verdade” que adentro o processo analítico num gesto interpretativo da materialidade discursiva, a partir de uma epistemologia crítica que leva em consideração a diferença e as condições de produção do discurso em pauta. Concordo com Guerra (2015) que as memórias podem tornar possível a leitura do outro em diferença, pois depoimentos

individuais de vivências e experiências trazem a cultura e a tradição de um povo, assim como os sentimentos conflituosos. Vejamos:

(DI-1) Por muito tempo **os profissionais da educação não docentes foram recrutados para atuarem** nas escolas públicas (...)

(DI-2) Este **profissional da educação** compreenderá que na escola existem **outros espaços de educação**, e que **nestes outros espaços**, no interior da escola, que ele atuará **como educador**.

Adoto, neste artigo, a concepção de sujeito da linguagem ou do inconsciente, o que pressupõe as noções de discurso, inconsciente, desejo e gozo. Nesse sentido, a materialidade analisada perpassa o(s) deslocamento(s), o(s) deslizamento(s) e (trans)formações dos significantes porque não carrega consigo e em si o sentido constituído positivista, narcisista, visto que depende das formações discursivas que perpassam no sujeito durante seu dizer, promovendo sentidos outros, sem poder de controle do discurso. Para nós, analistas de discurso de linha francesa, o sujeito se inscreve e se constitui através da ordem do discurso, cujos efeitos de sentido estão entrecruzados nas relações de saber e de poder. Por isso, considero este sujeito TSE, conforme esteira de Foucault (1997) e de Pêcheux (1997), como sujeito associado à ordem do social e do discursivo e com crítica ao sujeito logocêntrico, cartesiano, positivista.

Nessa perspectiva, problematizo o discurso institucional presente no Projeto do Curso Técnico em Secretaria Escolar a partir da materialidade **“atuarem”**, verbo no futuro do subjuntivo, que remete ao efeito de sentido de sujeito padronizado no qual o individual sofre subjetivação e insere novos comportamentos. É verbo com conotação de “autorizo”, de “concordância”. “Atuar” transmite semanticamente o efeito de “representar”, vinculando a ideia performática do capitalismo, consequência do estádio do espelho (real/simbólico/imaginário).

Nesse sentido, o DI é o que o constitui, é o espelho enquanto instituição e, assim, o TSE vincula-se ao espaço escolar numa carência identitária, porque o sujeito idealizado pelo DI é outro, o não eu, o que está por vir, o que sinaliza “personas” diferentes dentro de ações diferentes (administrativo, secretário, técnico). Esse espelho provocado pela instituição é seletivo, permite ou não o valor simbólico de reconhecimento do TSE enquanto técnico porque está diretamente ligado ao efeito de sentido de autossuficiência ou não.

O verbo “atuarem” também carrega a ideia democrática de que todos podem ser contemplados nesse espaço público, que é a escola da atualidade em relação há muito tempo, espaço democraticamente constituído. Torna-se o diferencial temporal, ao mesmo tempo em que silencia as possibilidades e responsabilidades de intervenções estruturais e de suporte competentes ao papel do Estado como gerenciador desse espaço escolar. Ao utilizar o verbo “**atuarem**”, eclode o lado subjetivo de responsabilidade pela vertente do sujeito, e não do Estado e, assim, o TSE encontra-se fora de um equilíbrio em relação à sua atual “persona” autorizada pela formação – Técnico. Dessa forma, o sujeito TSE é movido conforme a representação que o DI/Estado o permite ser, sentir, dentro do espaço de cerceamento, mas, simultaneamente, permite sua imagem refletida a partir de como o Estado o vê. Portanto, um eu assujeitado ao Outro e ao seu desejo. (LACAN, 1998).

Além disso, o discurso utilizado produz um efeito de sentido que remete-nos à diretriz promovida pelo domínio político, cuja argumentação desloca no interlocutor a impressão de validade do “direito oferecido”, diferenciando a atual situação dos servidores de outrora, como sinalizado no contexto frasal pelo uso semântico do sintagma de valor adverbial “por muito tempo”, que indica duração e apresenta-se como qualificador. (NEVES, 2011, p. 270). O uso desse item lexical permite o apagamento do que não foi realizado durante os demais períodos historicamente constituídos pelos profissionais da educação “não docentes” e causa um efeito analógico, como *frame*, para ter sentido para o TSE.

Nesse contexto, mobilizo efeito de sentido na perspectiva lacaniana, pautada na obra de Stallybrass (2016), intitulada *O casaco de Marx: roupa, memória, dor*, em que sinalizo a desconstrução do que é adotado no campo positivista como logística de atuação para os servidores e, posteriormente, técnicos. Para Marx, a mobilidade está no efeito das roupas, como parte da memória. (STALLYBRASS, 2016, p. 35). Em contraposição a essa concepção, minha proposta é a de deslocamento, é utilizar o esboço marxista para – além do papel de simplesmente “fetichizar” – conceber a visão de efeito de sentido como “pele” para demarcar a forma de identidade inconscientemente “visível” que o sujeito almeja alcançar em relação ao outro. E, assim, ter a ilusória sensação de identidade “completa” – um uso permitido a partir do “ego” para obter-se “poder”, mesmo que temporariamente, em dada condição de

produção. Essa perspectiva permite negar o “esvaziamento” do TSE em relação ao seu construto identitário desejado, (in)ser(ido)³.

O verbo transitivo “atuar”, inconscientemente, permite ao sujeito TSE apreender que existe a transição para a representação possível – uma “pele/identidade” sobre si e para si. Ao tornar-se Técnico, o Outro o constitui. O desejável, o completo, a ilusão de completude e, assim, inconscientemente, (in)ser(ido) porque ocupa duas posições distintas, quase antagônicas. Semanticamente, “(in)ser(ido)” carrega consigo herança da cultura ocidental, do imaginário colonial/moderno praticado pela colonialidade do poder (MIGNOLO, 2003, p. 37), entrelaçada pela política neoliberal e de globalização⁴: o espaço é concedido a partir de outrem que pode autorizar, relação de domínio e dominado porque não é apenas uma questão de mudança na postura do TSE diante do conhecimento, diante dos outros, mas uma relação com o que ele diz e é permitido dizer.

O termo “inserido”, segundo o dicionário Michaelis (2008, p. 475), significa introduzir. Nesta pesquisa, (des)construo essa definição, uma vez que não existe a relação “democrática” de direito, mas uma relação autoritária em sua subjetividade ao lançar, como fator diferencial, ser formado para participar “neste espaço” escolar enquanto TSE. Portanto, para o viés proposto, caracteriza-se epistemologicamente como “desobediência epistêmica” (MIGNOLO, 2010, p. 316) em relação ao conhecimento dos docentes.

Há uma voz de Técnico que reivindica para si a identidade conforme cunhada no (DI) e, ao mesmo tempo, ocupa o lugar do sujeito que se projeta, publicamente, como “TSE”, mesmo dentro do espaço da Secretaria Escolar, ao realizar suas atividades cotidianas. O outro lugar, de lá, como educador, aguarda dentro da segunda pele, que, para todos, ainda é oculta porque o outro não o vê. Portanto, o sintagma (in)ser(ido) também denuncia os limites do espaço que cada um possui dentro da unidade escolar, pois, ao garantir o direito de ser TSE, o nega para ser educador. Exemplo disso é a não inclusão dos TSEs nos Projetos Políticos

³ Utilizo o conceito in(ser)ido, conforme reflexões publicadas no artigo Técnico em Secretaria Escolar no Século XXI: sujeito in(ser)ido, integrando o capítulo do livro *Linguística, Literatura e Educação: Teorias, Práticas e Ensino* (2020).

⁴ Concordamos com Hall (2005, p. 70) quanto ao impacto que a globalização provocou sobre a identidade: “é que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação”.

Pedagógicos⁵ (doravante PPP) das escolas da rede estadual de MS. Diante do exposto, marca-se a ilusão de completude emergente em consequência do *biolócus* (NOLASCO, 2016, p. 2) porque estão na constitutividade desse sujeito TSE as amarras do efeito da ideologia colonial que mobiliza o sujeito à condição de subalternidade, de fronteira, de margem.

O DI garante, no imaginário social, a ilusão da democracia, da justiça social, da autonomia, do cumprimento dos direitos e, assim, permite, a partir das relações de saber/poder, a conformidade entre os diferentes sujeitos, estimulando a apagar a angústia da dor do existir, do esvaziamento de si. Desse modo, traz à tona os efeitos de sentido dos discursos de empoderamento que operam diante do subalterno, diante do sujeito que se encontra à margem, no entre-lugar. Sabemos que os estudos pós-colonialistas têm trazido diferentes possibilidades de problematização da “colonialidade do poder” (QUIJANO, 1997) e de “diferença colonial” (MIGNOLO, 2000).

O sintagma “**profissionais**” está relacionado, diretamente, ao funcionamento de estratégia conjunta de coletivização e de funcionalização porque promove o efeito de sentido de que não são quaisquer pessoas, identificadas com base em sua cor de pele, sua estatura, seu gênero, masculino ou feminino, ou seu extrato social, mas são determinadas pelo corte histórico/social “**profissionais da educação**”, abrangendo um segmento considerado importante na sociedade pelo imaginário social.

Se a coletivização permite destacar, no campo social do Brasil, um segmento importante que o constitui, mas sem discriminar a sua constituição em termos de extrato social, cor, idade, religião, a funcionalização permite valorizar essas pessoas, identificando-as em termos de seu papel na sociedade. (BALOCCO, 2006, p. 97).

A partir desse contexto, enquanto “profissionais da educação”, executando um papel “x”, e não “y”, na sociedade, a argumentação histórica/social assenta-se na representação movediça incentivada pelas políticas públicas. Essa representação é reforçada no DI, como pudemos constatar, nas 17 laudas do Projeto do Curso, pelo uso recorrente dos outros sintagmas, como “**profissionais**”, que possui a incidência de materialidade 41 vezes; “**não docentes**”, cuja incidência é de 11 vezes; “**gestor**”, cuja incidência é de 07 vezes, e “**educador**”, cuja incidência é de 07 vezes.

⁵ Os PPPs da rede estadual de ensino de MS estão disponibilizados no site da Secretaria de Estado de Educação de MS. Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP>. Acesso em: 27 jul. 2020.

Esses sintagmas apresentados em DI-1 confirmam a relação existente da exterioridade. Conforme Orlandi (2009, p. 30), “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”. Logo, essa reflexão antecipa o efeito de sentido presente no uso flexional do verbo recrutar no participípio, **“recrutados”**, mobilizando a essência de um tempo/espaço específico. O percurso histórico desses servidores públicos está, diretamente, associado às ações políticas regionais, em especial as de Mato Grosso do Sul, centro da nossas problematizações, porque deslizam para o efeito de sentido de “libertação”, de “valorização” e de “justiça”, que culminam na oportunidade de formação técnica estruturada pelo Ministério de Educação e Cultura, ao legitimar a oferta e implantação do Profuncionário nos estados brasileiros.

Nessa esteira, as afirmativas presentes em DI-1 e DI-2 possuem respaldo semântico fomentado pelas relações de saber/poder, uma vez que a formação, mesmo que pelo viés da simbologia, lhes concede a representatividade profissional conforme logística de formação. Na perspectiva do espaço escolar, Cavallari (2003) afirma que os papéis dos indivíduos são devidamente marcados pela autoridade de que cada um é constituído. Essa reflexão pode ser estendida também ao sujeito TSE, na problematização dos Cursos Técnicos do Profuncionário.

Independentemente do lugar ocupado pelo sujeito no sistema escolar, a noção de autoridade relacionada ao poder é fundamental para a manutenção da instituição e de sua função reguladora e “fixadora” dos indivíduos. Desse modo, a autoridade se apresenta sempre como um aspecto normativo, pois é o que deve ser seguido ou obedecido. Convém, ainda, salientarmos que, para que a autoridade seja exercida, é preciso que o poder de quem a exerce seja legitimado e reconhecido socialmente. (CAVALLARI, 2003, p. 48).

Diante do exposto, conforme vertente foucaultiana, todo conhecimento gera poder. O poder marca a autoridade e a posição-sujeito, própria do discurso que articula. Em relação aos TSEs, esse poder é marcado no ato de sua conclusão: a formação. Eles são considerados “diferentes” em conhecimentos dos que “não receberam a formação”. Portanto, o ato formativo, legalizado pela visão pedagógica presente no projeto do Curso Técnico em Secretaria Escolar, garante ao TSE usufruir deste espaço identitário em relação também ao docente em sala de aula. No entanto, na prática, há divisores.

No recorte DI-2, o discurso institucional utiliza-se dos sintagmas “**outros espaços de educação**”, e que **nestes outros espaços**”, na recorrente afirmativa de que a sala de aula não será o espaço para atuar “**como educador**”. Esse distanciamento e não pertencimento é respaldado pela validação, no Projeto do Curso, das possibilidades de espaços para a atuação do TSE, mobilizando efeito de sentido de que “o contempla, o exalta, o motiva” enquanto “**profissionais da educação não docentes**”, desde que respeitando os espaços devidamente fixados, considerados espaços escolares limítrofes.

Os usos lexicais “**profissionais da educação não docentes**” remetem, em segundo plano, de forma sutil, ao discurso jurídico e de garantia constituída, ao oficializar o uso da nomenclatura “profissionais da educação” assegurada pela Lei 12.014, de 06 de agosto de 2009, alterando, assim, o artigo 61⁶, da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que denominava “profissionais da educação” apenas aos docentes. Portanto, a partir do momento em que o “funcionário de escola” – como era denominado antes de ter a formação – possui a certificação de técnico com PPS complementar na área pedagógica, ele passa, de acordo com a LDB (BRASIL, 1996), a ser legalmente reconhecido como “profissional da educação”.

Nesse contexto, cito a essência proposta por Derrida (2003) sobre ser hóspede/hospedeiro: ao mesmo tempo, o TSE é esse hospedeiro e hóspede no espaço escolar. Diante disso, o verbo “compreenderá”, no futuro do presente do indicativo, desliza para o efeito semântico de obediência. Não é, necessariamente, um verbo condutor de possibilidades de ação/execução como cognitivamente analisamos, mas sim um verbo utilizado como condutor de relações de saber/poder, pois emite o sentido de governamentalidade, esperada ser cumprida pelo servidor TSE. Assim, parafraseando Coracini (2010, p. 24), os governantes possuem em suas mãos leigas, apoiados nas ciências, a partir do século XVIII, projetos que incitam a sociedade à vigilância e ao controle que se faz de forma subliminar, sutil, reforçada pela TICs.

Em alguns momentos nas ações dentro do espaço escolar, esta “pele” de que se apropria – “Educador” – o estimulará a ações diferenciadas, silenciando, ainda que temporariamente, a existência das diferenças. Ao mesmo tempo em que o TSE tem a sensação

⁶ “No artigo 61, inciso III, discrimina-se as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação - “trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim”.

de pertencimento, também é perpassado pelo efeito do silenciamento, interditado, porque o advérbio “**como**” por si é um diferencial em relação ao outro, confirmando ser, ao mesmo tempo, semelhante e diferente.

Problematizo a relação de cerceamento e de direcionamento para a posição-sujeito (de servidor para técnico) que o discurso institucional promove enquanto construto identitário. Essa sequência identitária não é móvel; ela é fixa. O TSE está na posição de entre-lugar; para ele, não existe a possibilidade de equidade. Na tentativa ilusória de promover ao Técnico em Secretaria Escolar a inclusão a uma pedagogia que o “valorize” no contexto escolar, reforça o processo de denegação porque as metodologias existentes nas escolas não modificaram a forma de vê-lo e olhá-lo. Existe sempre a relação da margem, do limite.

Se analisarmos por outro contexto, existe, no TSE, ainda o acomodamento em relação à sua prática no sentido de educador, por não existir a manifestação de seus líderes nas aberturas pedagógicas de incluí-los em outros segmentos possíveis de interação, além do espaço da secretaria escolar, com coordenadores, professores, docentes e estudantes. Isso é possível? Esse debate daria mais pesquisas e provocaria o deslocamento do TSE para o centro, lugar que hoje é do docente. Não é meu propósito negar o papel do docente, mas problematizar como as técnicas de formação não ultrapassam quatro paredes e não ganham nova forma epistemológica do fazer.

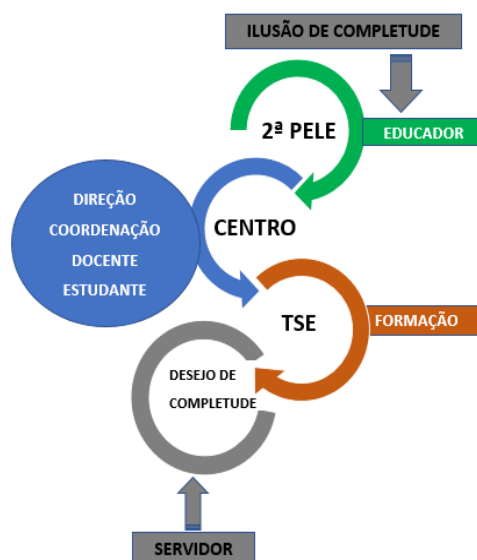
Diante do exposto, o efeito de sentido da materialidade existente em DI-1 e DI-2 flui no e pelo inconsciente. Materializa-se no sintagma “não docente” a denegação, que fomenta o assujeitamento do sujeito em seu espaço que não é de sala de aula, mas outro qualquer no contexto escolar, reforçada pelo uso dos pronomes indefinidos e demonstrativos, como “**outros**”, “**nestes**”, conforme a afirmativa do DI-2: “Este **profissional da educação** compreenderá que na escola existem **outros espaços de educação**, e que **nestes outros espaços**, no interior da escola, que ele atuará **como educador**”. Nesse contexto, o DI projeta a imagem positiva do TSE no espaço escolar, direcionando a dinâmica de abertura com performance antagônica in(ex)clusiva, com o uso dos itens lexicais “outros espaços de educação”, deslizando para o efeito de sentido de possibilidades, e não de interdição.

Ao mobilizar diferentes usos de identificadores para representar o TSE, existe, nesta proposta de “legitimação governamental”, a relação de cerceamento, como se o diploma de

técnico significasse, também, o contrato para tal “atuação” porque encontra-se no campo do pertencimento – ser visto pela horizontalidade –, permitida pela cultura da homogeneização, dentro de condições de produção que fomentam os dispositivos de poder, para que essa característica seja aceita. Porém existe o deslocamento porque, em sua práxis, a prática é normatizada e impede a dinâmica da inovação, da criatividade. Os instrumentos tecnológicos estão estruturados de forma a atingir os objetivos do governo, ao mesmo tempo em que causam o efeito de sentido de “melhores condições de trabalho”. Logo, o poder caminha por condições rizomáticas porque não tem como identificar seu começo e o seu fim. (DELEUZE; GUATTARI, 2002).

As relações de saber/poder marcam as diferentes etapas do construto identitário. Logo, o sujeito TSE, atuante na esfera pública, está marcado pelo construto identitário que o cerca e fixa-o ao entre-lugar, a um espaço fronteiriço. Considerando a episteme proposta nas análises, apresento uma síntese da problematização na figura 1. Sinalizo a subjetividade que move o TSE ao considerar os efeitos de sentido que eclodem do DI.

Figura 1- Construto identitário do TSE



Fonte: Santandel (2020).

Diante do exposto, o DI move o sujeito sempre para o entre-lugar, tanto no contexto do serviço braçal quanto no contexto do serviço intelectual/tecnológico. No contexto histórico do “servidor”, enquanto integrante do serviço administrativo no Brasil, esse entre-lugar sempre existiu e (co)existiu mesmo diante das denominadas oportunidades profissionais

existentes no espaço escolar a partir das políticas públicas. Segundo Foucault (2010, p. 292), as táticas de governo direcionam o que deve ou não competir ao Estado, permitindo à sociedade o gozo conforme a disciplina estabelecida permite. Logo, a biopolítica centraliza as diretrizes que consolidam a modelo ideal de sujeito dentro do Estado – sujeito governado, na visão positivista e eurocêntrica (NOLASCO, 2016). Como consequência dessa dinâmica de governamentalidade, encontra-se o sujeito in(**ser**)ido que vivencia a ilusão de completude, cujo esvaziamento de si (refletido pelo outro/Outro) está entrelaçado ao uso, ou não, da segunda pele para “atuar” no espaço que lhe é autorizado. Como educador?

5. À guisa de um final: fio(s) de (in)completude(s)

Considerando o propósito deste artigo, apreende-se que o discurso institucional existente no Projeto do Curso Técnico em Secretaria Escolar, proposto pelo Programa Profuncionário, confirma a hipótese de pesquisa porque contribui para manutenção da identidade periférica dos atuais técnicos, uma vez que os mecanismos de biopoder, de governamentalidade, existentes nas ações cotidianas, envoltas por tecnologias do século XXI utilizadas no espaço escolar, não são suficientes para assegurar a inclusão do sujeito TSE enquanto fomentador e norteador de ações fora do contexto sistêmico da Secretaria Escolar.

A inclusão aparece apenas como imagem presente no DI. Na prática, essa inclusão como TSE não é visualizada porque a biopolítica cunhou as diretrizes de manutenção apenas no espaço da secretaria, não avançando para os demais espaços constituintes da escola. Nesse sentido, os PPPs sinalizam a exclusão do TSE por não apresentarem propostas e/ou direcionamentos das suas ações na vertente proposta de “educador” no espaço escolar. Sua atuação continua sistêmica, padronizada, formalizada burocraticamente e sua identidade de técnico permanece no invisível ao outro.

Diante do exposto, o DI promove uma representação do Estado como uma instituição que inclui os profissionais da educação não docentes em novo parâmetro, conforme projeto do curso, nas escolas públicas, permitindo ao sujeito TSE a transição para a representação possível – uma “pele/identidade” sobre si e para si. Ao tornar-se Técnico, o Outro o constitui. O desejável, o completo, a ilusão de completude e, assim, inconscientemente, (in)**ser**(ido) porque ocupa duas posições distintas, quase antagônicas.

Na materialidade analisada, no DI, emergem diferentes vozes: a voz do direito democrático emitido pelo Estado enquanto fomentador das políticas públicas; a voz de patrocinador das mudanças e a voz de articulador de oportunidades, todas cunhadas no papel político do Estado. Ao mesmo tempo, o DI projeta a imagem positiva do TSE no espaço escolar, direcionando a dinâmica de abertura com performance antagônica in(ex)clusiva, deslizando para o efeito de sentido de possibilidades, e não de interdição.

O DI emite efeito de sentido ao evocar o TSE para atuar como personagem desse processo, considerado democrático. No entanto, o cerceamento existente no seu trabalho cotidiano (prática normatizada) impede a dinâmica da inovação, da criatividade. Os instrumentos tecnológicos estão estruturados na perspectiva de política para “governados” e funcionam como panópticos.

De forma geral, o Estado como gerenciador das políticas públicas não está fora do contexto eurocêntrico, positivista. Molda, por iniciativas ditas democráticas, as regras que diretamente sistematizam a forma de ser e agir do sujeito TSE. Diante do cenário educacional do século XXI, o DI funciona como alicerce estrutural para a melhoria dos resultados no sistema estadual educacional, consolidando, assim, a representação e o construto identitário do sujeito Técnico em Secretaria Escolar como sujeito da (in)completude, do entre-lugar. Firma-se, no espaço considerado de gestão democrática e participativa, o sujeito in(**ser**)ido que depende da alteridade para se (re)inventar enquanto técnico.

Espero que novas problematizações possam surgir a partir dessas reflexões porque existem muitas possibilidades de interpretações e escavações, considerando o contexto atual das políticas públicas educacionais e o contexto diferenciado surgido com o efeito pandêmico. Por isso, considero que, na perspectiva pedagógica, existe um campo extenso a ser pesquisado em relação a como a sociedade educacional promove ou não a identidade do sujeito TSE após a diplomação, considerando o diferencial de que atuam num espaço autorizado, de saber e poder, alicerçado aos docentes.

Referências

BALOCCO, Anna. E. A escrita e o escrito: produzindo identidades, domesticando diferenças. In: MARIANI Bethania. (org.) *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006. 224 f.

BRASIL. Portal da Legislação. *Lei nº 12.014 de 06 de agosto de 2009*. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm. Acesso em: 14 mar. de 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 14 de mar. de 2020.

CAVALLARI, J. S. O discurso avaliador do sujeito-professor na constituição da identidade do sujeito-aluno. *Letras & Letras* (UFU), UFU, v. 19, n. 1, 2003. p. 37-51.

CORACINI, Maria José R. F. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade*. Campinas: Mercado das Letras, 2007, 247 p.

CORACINI, Maria José R. F. *Discurso e escrit(ur)a: entre a necessidade e a (im)possibilidade de ensinar*. In: Eckert-Hoff, Beatriz Maria & Coracini, Maria José. Eds. *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 17-50.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, Vol. 2, Trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2002.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. *De l'hospitalité*. Paris: Calmann-Lévy, 1997. Tradução portuguesa *Da hospitalidade*. Tradução de Fernanda Bernardo. Viseu: Palimage, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel *Segurança, território e população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. Escrita de si. In: *O que é um autor?* Trad. Antonio F. e Edimundo Cordeiro. Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. Trad. de José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel. Petrópolis: Vozes, 1987 [1975].

GUERRA, Vânia M. L. Olhares sobre a subjetividade e o movimento identitário do excluído: poder e resistência. *Anais do IV Colóquio Internacional de Análise do Discurso*. Setembro de 2015. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em <http://www.ciad.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/07/G5-Olhares-sobre-a-subjetividade.pdf>. Acesso em 20 de abr. de 2019 às 14 h.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 103-133.

LACAN, Jacques. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos* (p. 96-103). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Texto original publicado em 1966).

LIMA, Taís A. MASCIA, Márcia A. A. (Re)torcendo os fios do discurso político educacional da EaD: uma análise de documentos do MEC. In: CORACINI, Maria J. UYENO, Elzira Y. MASCIA, Márcia A. A. (orgs). *Da letra ao Píxel e do Píxel à letra: uma análise discursiva do e sobre o virtual*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2011, p. 261-284.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação/MS. *Projeto Técnico em Secretaria Escolar*. 2007, 17 p.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação/MS. *Projeto Político Pedagógico*. Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP>. Acesso em 27 de jul. de 2020.

MICHAELIS. *Dicionário escolar inglês*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MIGNOLO, Walter. D. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. D. *(Post) occidentalism, (Post) coloniality, and (post) subalternity*. In: Fawzia Afzal-Khan e Kalpana Seshadri-Crooks (orgs.), *The Pre-Occupation of Postcolonial Studies*. Durham, Duke University Press. 2000.

NAAS, Michael. A autonomia, a auto-imunidade e a limusine de cabine estendida: do *Rogue State* (Derrida) à *Cosmopolis* (DeLillo). In: *Derrida, Jacques*. Pensar a desconstrução. NASCIMENTO, E. (org.). Trad. Evando Nascimento. [et al.] – São Paulo: Estação Liberdade, 2005, 352 p.

NEVES, Maria H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

NOLASCO, Edgar César. A (des)ordem epistemológica dos discursos fronteiriços. In: *Cadernos de Estudos Culturais: ocidente/oriente - migrações*. Campo Grande – MS: Editora UFMS, v.8, n.15, abril/2016.

NOLASCO, Edgar. C. A (des)ordem epistemológica do discurso fronteiriço. In: *Cadernos de Estudos Culturais: corpos epistêmicos*. Campo Grande – MS: Editora UFMS, v. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3646>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

NOLASCO, Edgar. C. *Fronteiras platinas em Mato Grosso do Sul (Brasil/Paraguai/ Bolívia)*. Campinas: Pontes Editora, 2017.

ORLANDI, Eni P. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed., Campinas: Pontes, 2009, 100 p.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1997. p. 163-235.

PÊCHEUX, Michael. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina*. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

SANTANDEL, M. A. da S. *Técnico em Secretaria Escolar no Século XXI: sujeito in(ser)ido*. In: PEREIRA, M. L. de S. [et al] (Org.). *Linguística, literatura e educação: Teorias, prática e ensino*. João Pessoa: Ideia, 2020, p. 64-85.

SANTANDEL, M. A. da S. *Marcas da escrita virtual em fotolog: (des) identidade, (dis)curso e memória*. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2012.

SANTOS, B. de S. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Livraria Almedina, 2009, p. 30-65.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 133 p.

STALLYBRASS, P. *O casaco de Marx: roupa, memória e dor*. Trad. Tomaz Tadeu (trad. e org.). 5. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. 112 p.